

MONITOR FISCAL



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD

Março
2016

(Dados de Jan/2016)



O *superavit* primário da União em janeiro de 2016 alcançou R\$ 20,2 bilhões, frente a uma meta de R\$ 24,0 bilhões para o exercício. Ainda assim, a perspectiva é de que o ano encerre novamente com *deficit* primário.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

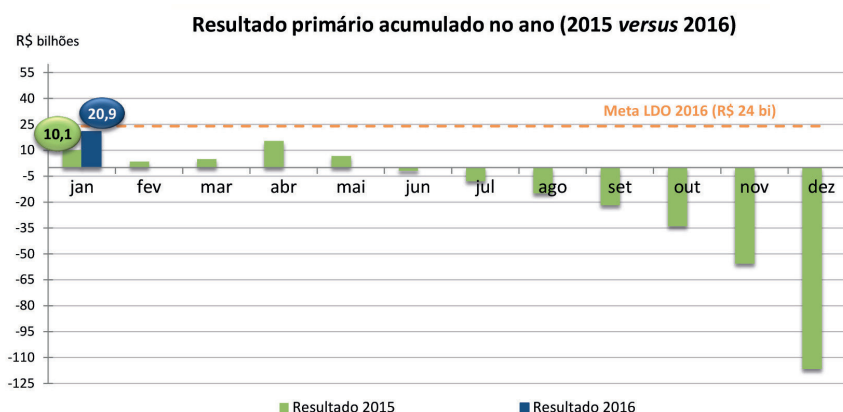
ESFERA	META DO ANO	REALIZADO EM JANEIRO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	30,6	27,9	2,6
União	24,0	20,2	3,8
Governo Central	24,0	20,9	3,1
Estatais	0,0	-0,7	0,7
Estados e Municípios	6,6	7,8	-1,2

Fonte: Banco Central.

- O resultado primário da União em janeiro de 2016 foi superavitário em R\$ 20,2 bilhões. Trata-se do primeiro mês com *superavit* desde abril de 2015 e do maior valor desde novembro de 2013. Embora a geração de *superavit* seja fato comumente constatado no mês de janeiro de anos anteriores, observa-se que a maior parte do resultado de janeiro deste ano se deve ao recebimento de R\$ 11,0 bilhões relativos à primeira parcela do bônus de outorga da concessão de 29 usinas hidrelétricas, cujo leilão foi realizado em novembro de 2015. Esse expressivo resultado não deve se repetir nos próximos meses, em função da atipicidade da referida receita de concessão.
- Vale observar que o Ministro da Fazenda anunciou, em coletiva no dia 19/2/2016, que o governo pretende adotar medidas de controle da despesa e enviar projeto de lei com vistas à redução da meta do exercício em até R\$ 84,2 bilhões, possibilitando a absorção de frustrações de receitas (até R\$ 72,2 bilhões) e a preservação de ações emergenciais de saúde (até R\$ 3,0 bilhões) e de investimentos prioritários (até R\$ 9,0 bilhões).
- De fato, é elevada a probabilidade de frustração de receita e o governo central deve, pelo terceiro ano consecutivo, encerrar o exercício com *deficit* primário. Além da arrecadação atípica do mês de janeiro, a receita primária líquida prevista na LOA, de R\$ 1.219,6 bilhões, se mostra superestimada, tendo em vista que as projeções macroeconômicas atuais sugerem arrecadação de apenas R\$ 1.083,1 bilhões. Isso porque o valor arrecadado, em 2015, de R\$ 1.042,9 bilhões, tende a apresentar aumento nominal de aproximadamente 3,86%, resultante da combinação de queda esperada do PIB da ordem de 3,45% e inflação de cerca de 7,57% (Focus/Bacen, de 29/2).
- As projeções do mercado, com efeito, apontam para valores semelhantes. Segundo o Prisma Fiscal de janeiro de 2016, é esperada arrecadação primária líquida de R\$ 1.111,4 bilhões. Nesse cenário, a projeção de *deficit* primário é de R\$ 69,7 bilhões.
- A expectativa de *deficit* primário para 2016, com efeito, se mostra coerente não apenas em função da elevada probabilidade de frustração de receitas, como também em razão da dificuldade estrutural de compressão das despesas obrigatórias.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

- Em janeiro de 2016, o *superavit* primário do governo central alcançou R\$ 20,9 bilhões (0,34% do PIB¹), contra *superavit* de R\$ 10,1 bilhões (0,17% do PIB²) verificado em janeiro de 2015.



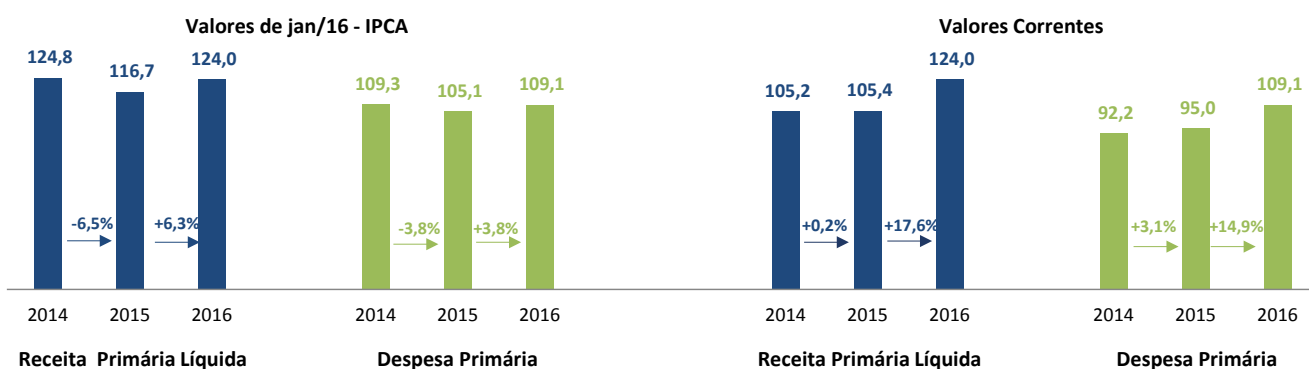
Fonte: Banco Central.

1 – Estimativa para o PIB de 2016 de R\$ 6,194 trilhões. Fonte: apresentação do Ministro da Fazenda em 19/2/2016.

2 – PIB de 2015 de R\$ 5,930 trilhões. Fonte: Bacen.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - Janeiro (R\$ bilhões)

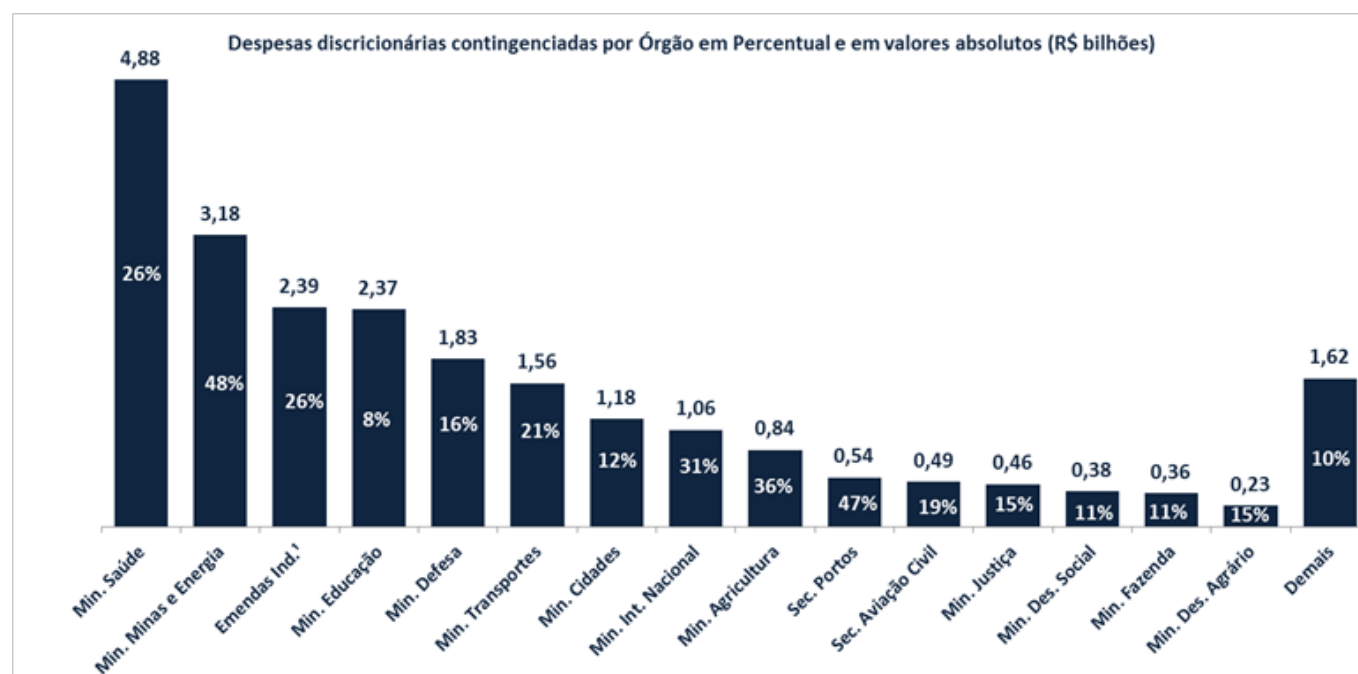


- A receita primária líquida de transferências, em janeiro de 2016, apresentou aumento real de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o aumento real das despesas primárias foi de 3,8%.
- O desempenho da receita, conforme mencionado no item A, foi favorecido pela arrecadação atípica decorrente da concessão de usinas hidrelétricas. A despesa, por seu turno, foi influenciada pelo acréscimo de R\$ 10,8 bilhões nos pagamentos de subsídios, subvenções e Proagro, em face da nova sistemática de pagamento adotada em razão dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015-TCU-Plenário. Conforme informado no Resultado do Tesouro Nacional de janeiro, esse incremento está distribuído da seguinte

forma: (i) Programa de Sustentação do Investimento – PSI (R\$ 5,0 bilhões); (ii) Pronaf (R\$ 2,8 bilhões); (iii) equalização de investimento rural agroindustrial (R\$ 1,8 bilhão); e (iv) equalização de Custeio Agropecuário (R\$ 1,1 bilhão).

- Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento de 17,6% no mesmo período, ao passo que o crescimento da despesa primária alcança 14,9%.
- Registre-se que, pela ótica “acima da linha”, o resultado primário de janeiro, apurado pela STN a partir do confronto entre receitas e despesas primárias, foi de R\$ 14,8 bilhões³.

D. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



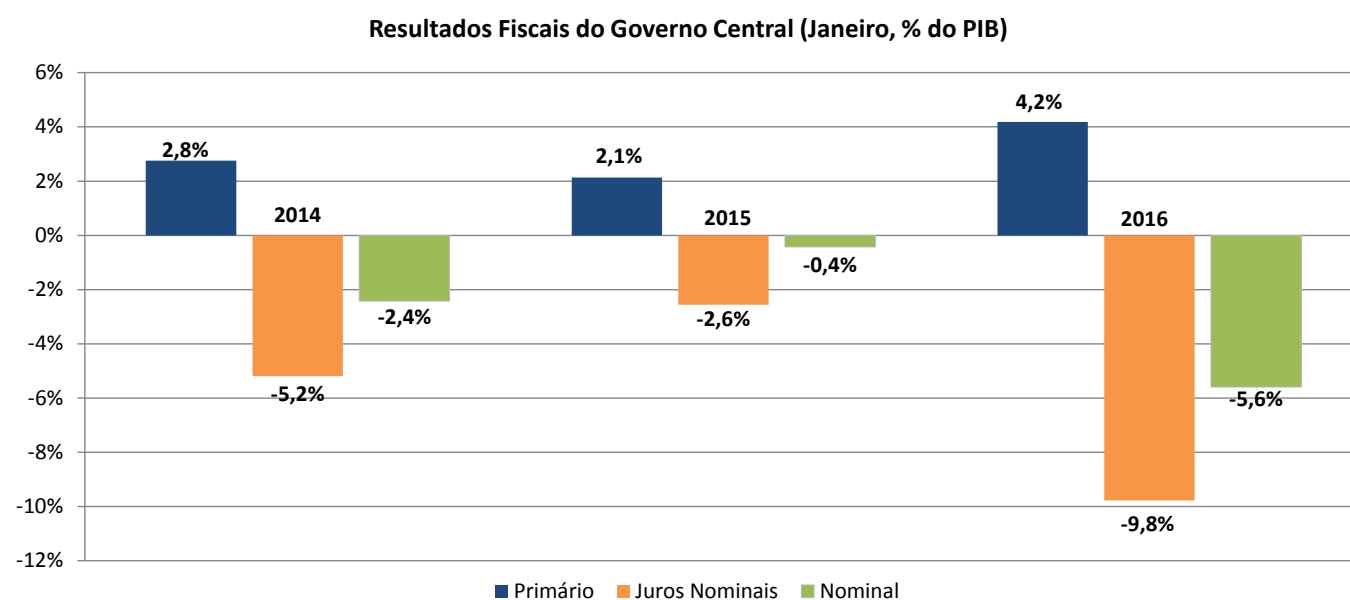
Fonte: Decreto nº 8.676/2016 e SIOP.

1 – O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 26% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,0 bilhões). Considerado este valor, o contingenciamento representa 17,3%.

3 – O superávit apurado pela STN apresenta diferença de R\$ 6,1 bilhões em relação ao valor informado pelo Bacen. Essa discrepância decorre das distintas metodologias utilizadas por essas instituições.

- Em face da diminuição R\$ 13,7 bilhões na receita primária líquida estimada pelo Poder Executivo, bem como da previsão de incremento de despesas obrigatórias, no montante de R\$ 9,8 bilhões, o Poder Executivo editou o Decreto nº 8.676, de 19/2/2016, contingenciando R\$ 23,4 bilhões (detalhados no gráfico a seguir), o equivalente a 17,3% das suas despesas discricionárias.
- Nota-se, novamente, que a previsão oficial de receita continua superestimada. Isso porque, na expectativa de frustração de R\$ 13,7 bilhões, está contida estimativa de receita primária líquida de R\$ 1.206 bilhões para 2016, ao passo que as projeções apresentadas no item A apontam para arrecadação significativamente inferior. A se confirmarem essas projeções, haveria a necessidade de um contingenciamento muito mais expressivo para que a meta atual, de R\$ 24,0 bilhões, seja cumprida.

E. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)



Fonte: Banco Central

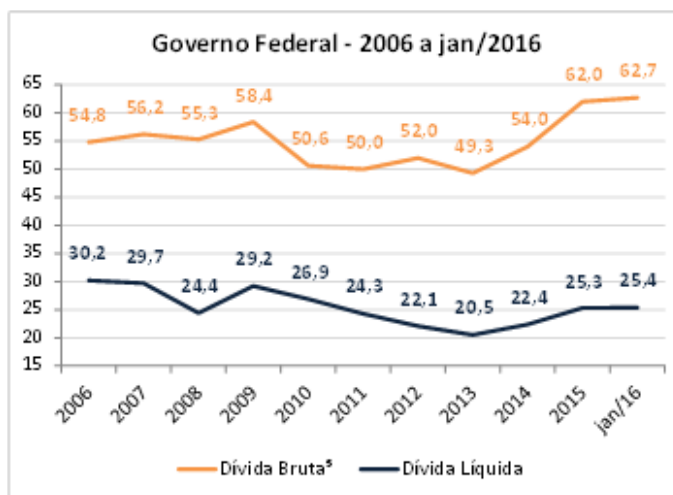
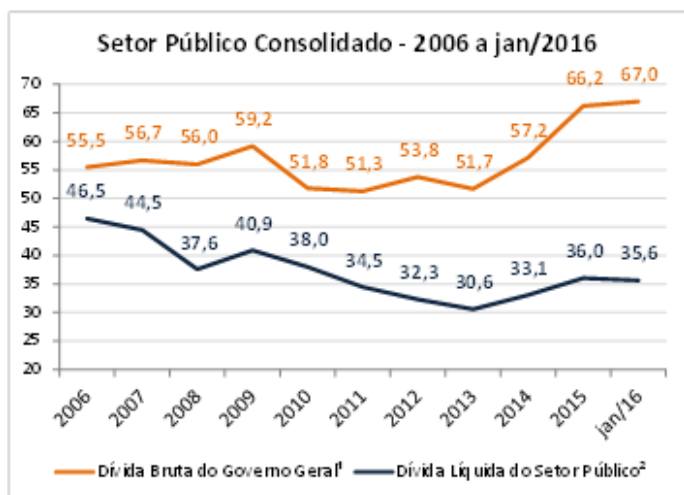
- O resultado nominal do governo central, em janeiro de 2016, foi deficitário em R\$ 28 bilhões (5,6% do PIB). Em 2015, o *deficit* acumulado no mesmo período foi de R\$ 2,0 bilhões (0,4% do PIB).
- Essa deterioração do resultado nominal é explicada pela significativa elevação dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 48,9 bilhões (9,8% do PIB) em janeiro de 2016, contra R\$ 12,1 bilhões (2,6% do PIB) no mesmo período em 2015.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

- A dívida bruta do governo geral cresceu 0,8 p.p. em janeiro de 2016 e atingiu 67,0% do PIB (R\$ 4 trilhões), maior nível desde 2006. O aumento do endividamento decorre não apenas da deterioração do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item E).
- A dívida líquida do setor público, por sua vez, recuou para 35,6% do PIB. Essa redução decorre principalmente

do *superavit* primário de 0,5% do PIB e da desvalorização cambial, de impacto equivalente a 0,7% do PIB.

- Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,5 p.p. em janeiro de 2016 e alcançou 62,7% do PIB, também maior nível desde 2006. Já a dívida líquida federal soma R\$ 1,512 trilhão (25,4% do PIB), valor muito próximo ao esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2016, de R\$ 1,507 trilhão.



Fonte: Banco Central

¹ – A dívida bruta do governo geral abrange governo federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

² – A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais.

³ – A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária do Tesouro Nacional, títulos sob custódia do FGE, dívidas securitizadas e TDA, aplicações de entidades da Administração federal, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do Governo federal, incluindo dívida assumida pela União (Lei nº 8.727/1993) e a dívida externa do Governo federal.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
Arthur Falcão Freire Kronenberger
Daniel Veloso Couri
Ingo Antonio Luger
Maria Emília Miranda Pureza
Mária Liz de Medeiros Roarelli
Paulo Roberto Simão Bijos
Tiago Mota Avelar Almeida
Túlio Cambraia

FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF | Senado Federal